

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS - CCJ  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - DECISO  
NÚCLEO MULTIDISCIPLINAR DE PESQUISA EM DIREITO E SOCIEDADE –  
NPD/CNPQ/UFPB/UFRPE

**CHAMADA DE COLABORADORES PARA O NPD/CNPq/UFPB/UFRPE – 2018**

## **1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O presente edital visa motivar e selecionar estudantes, da graduação e da pós-graduação, interessados em abordagens multi e transdisciplinares no campo do Direito e das Ciências Sociais, Humanas, Aplicadas, Econômicas, Agrárias, Ambientais e Biológicas, para compor o quadro de colaboradores das pesquisas e das ações do Núcleo Multidisciplinar de Pesquisa em Direito e Sociedade – NPD/UFPB/UFRPE/CNPq (Anexo 1).

1.2. O NPD/CNPq/UFPB/UFRPE foi concebido, originalmente, em 2009, como grupo de crítica/ação contra-hegemônica. Está cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq e tem por objetivo desenvolver ações inovadoras de Ensino, Pesquisa e Extensão, marcadas pelo diálogo contra-hegemônico, multi e transdisciplinar entre saberes jurídicos e não-jurídicos.

1.3. O grupo é coordenado pelos professores Fernando Joaquim Ferreira Maia (Centro de Ciências Jurídicas/Departamento de Ciências Jurídicas/UFPB) e Leonardo Cisneiros (Departamento de Ciências Sociais/UFRPE), sendo constituído por graduandos e pós-graduandos, oriundos de diferentes áreas de formação, desde as Ciências Jurídicas, Sociais, Aplicadas, Humanas e Econômicas até as Ciências Agrárias, Biológicas e Ambientais.

1.4. A integração ao Núcleo envolve participação: (i) nas reuniões plenárias, realizadas em regime mensal; (ii) nas reuniões administrativas de cada projeto; (iii) nas linhas de pesquisa em que são tratados e aprofundados temas com foco na escrita de trabalhos científicos; (iv) na organização de ações de extensão (mostras, oficinas, minicursos, palestras, etc.); (v) nos eventos acadêmicos e científicos (congressos, simpósios, semanas acadêmicas, etc., locais, regionais, nacionais e internacionais), com apresentação e publicação de trabalhos; (vi) na publicação de artigos em revistas científicas.

## **2. INSCRIÇÃO**

2.1. As inscrições estão abertas, de 12 de fevereiro a 02 de março do ano corrente, a estudantes de graduação do curso de direito (cursando a partir do 3º ao 8º período), de pós-graduação e de outras instituições de Ensino Superior.

2.2. Para efetuar a inscrição, os candidatos devem acessar o link do formulário de inscrição ([SeleçãoNPD2018](#)) ou entrar em contato com a comissão organizadora pelo e-mail:

[selecaoepd@gmail.com](mailto:selecaoepd@gmail.com). Feito o contato, os candidatos receberão automaticamente um formulário virtual, pelo qual deverão se inscrever.

2.3. No ato da inscrição, os candidatos deverão: (i) optar por uma das duas linhas de pesquisa do Núcleo; (ii) informar o tempo que será disponibilizado para o grupo.

### **3. SELEÇÃO E AVALIAÇÃO**

3.1. O processo seletivo ocorrerá no dia 06 de março, de 14h às 16h, na sala Multimídia do CCJ/Campus João Pessoa, e no dia 07 de março, de 14h às 16h, na Sala Multimídia do DCJ/Santa Rita, através do comparecimento dos candidatos. Recomenda-se o uso de caneta esferográfica preta ou azul.

3.2. A seleção constará de uma redação com 1(uma) página, máximo de 25 linhas, sobre o tema “**A universidade e a cidadania**”. A avaliação terá como objetivo verificar a capacidade de raciocínio, de organização e de fundamentação de ideias.

3.3. A comissão de seleção será composta por membros do NPD.

### **4. RESULTADO**

4.1. O resultado será divulgado no dia 12 de março de 2018, sendo comunicado diretamente aos candidatos através de e-mail.

4.2. Após a divulgação do resultado, o encontro de recepção dos novos colaboradores será feito no dia 14 de março, das 14h às 16h, na sala de Multimídia do DCJ/Santa Rita. É fundamental a participação dos novos membros nesse momento.

### **5. CRONOGRAMA**

<b>Datas</b>	<b>Cronograma de atividades</b>
02/03/18	Encerramento das inscrições
06/03/18	Realização do processo seletivo
07/03/18	Realização do processo seletivo
12/03/18	Divulgação do resultado
14/03/18	Encontro de recepção dos novos colaboradores

### **6. INFORMAÇÕES**

6.1. Maiores informações pelo e-mail: [selecaoepd@gmail.com](mailto:selecaoepd@gmail.com)

**Fernando Joaquim Ferreira Maia**

Doutor, Mestre e Especialista em Direito-UFPE

Professor Adjunto do Departamento de Ciências Jurídicas/CCJ-UFPB

Pesquisador do NPD/CNPq/UFPB/UFRPE

Coordenador da comissão de seleção do NPD

## LINHAS DE PESQUISA DO NPD

### **Linha 1: OS SABERES AMBIENTAIS E O PENSAMENTO JURÍDICO CONTRA-HEGEMÔNICO**

**Objeto de estudo:** Movimento de justiça ambiental. Princípio da participação popular na administração pública. Efetividade das instâncias de participação. Política urbana e ambiental. Tratamento judicial das controvérsias e respeito à efetivação do princípio da participação social. Avaliação de impacto ambiental. População carente e outros grupos vulneráveis. Comunidades e povos tradicionais. Pequenos e médios camponeses. Distribuição desigual dos recursos ambientais. Efetividade. Poder Judiciário e meio ambiente. Retórica das decisões judiciais sobre o meio ambiente. Resíduos sólidos. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Políticas ambientais. Gestão ambiental. Sustentabilidade versus desenvolvimento sustentável. Direitos humanos, meio ambiente e políticas públicas. Lei de Educação Ambiental. Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Terras Indígenas. Conselhos de Políticas Públicas. Proteção da biodiversidade. Resolução do CONAMA. Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Lei de Agrotóxicos. Política Nacional de Saneamento Básico. Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Terras devolutas. Desapropriação no direito agrário. Política Agrária. Arrendamento rural. Parceria agrária. Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável. Meio ambiente cultural. Meio ambiente do trabalho. Meio ambiente artificial.

### **Linha 2: DIREITOS URBANOS, DIREITOS SOCIAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E PENSAMENTO CONTRA-HEGEMÔNICO**

**Objeto de estudo:** Políticas públicas, cidadania e direitos humanos. Direitos humanos sobre a informação e redes sociais. Planejamento e gestão urbanos. Direitos e garantias fundamentais. Retórica dos direitos humanos. Questões emergentes. Violência. Sustentabilidade urbana. Estatuto da Metrópole. Direitos urbanos. Conflito capital versus trabalho. Direitos e o meio ambiente. Os direitos humanos na América Latina (ALBA, CELAC, UNASUL, MERCOSUL). Participação social, políticas públicas e conselhos de direitos. Saberes urbanos. Uso e ocupação do solo. Tributos. Zoneamento. A Constituição do Brasil e os direitos humanos. Instrumentos de planejamento. O meio ambiente e os direitos difusos. Instrumentos de regularização fundiária. Função social da propriedade. Cidadania, participação social e sistema de garantia dos direitos humanos. Ações afirmativas e transformativas urbanas. Movimentos sociais urbanos e direitos humanos. Usucapião urbano. Estatuto da Cidade.

### **Linha 3: A QUESTÃO AGRÁRIA E O PENSAMENTO JURÍDICO CONTRA-HEGEMÔNICO**

**Objeto de estudo:** Função socioambiental da propriedade rural. Desenvolvimento histórico da questão agrária no Brasil. Os movimentos camponeses. Fundamentos e princípios do Direito do agrário. O direito agrário e o campesinato. Sesmarias. Estrutura fundiária brasileira. Formação histórica da legislação agrária brasileira. Lei de Terras. Estatuto da Terra. O direito agrário na Constituição Federal. Produção agrária e proteção ambiental. Imóvel rural. Terras públicas e particulares. Ações Discriminatórias de Terras Públicas. A legitimação e a regularização de posses. O usucapião agrário. INCRA. Colonização agrária. Reforma agrária. Política agrária. Direito de

propriedade e suas limitações. Desapropriação. Contratos agrários. Demarcação de Terras Indígenas e Remanescentes de Quilombos. O crédito rural. Cooperativismo e associativismo rural. Cadastro e Tributação do imóvel rural. Política urbana e ambiental. Avaliação de impacto ambiental. População carente e outros grupos vulneráveis. Comunidades e povos tradicionais. Pequenos e médios camponeses. Distribuição desigual dos recursos ambientais. Políticas ambientais. Gestão ambiental. Sustentabilidade versus desenvolvimento sustentável. Direitos humanos, meio ambiente e políticas públicas. Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Conselhos de Políticas Públicas. Proteção da biodiversidade. Resolução do CONAMA. Lei de Agrotóxicos. Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Desapropriação no direito agrário. Política Agrária. Arrendamento rural. Parceria agrária. Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável.